

## **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS<sup>1</sup>**

Caroline Prado Brignoni – [carol15.19@gmail.com](mailto:carol15.19@gmail.com)

Luciene Lima de Assis Pires – [lucienepires@gmail.com](mailto:lucienepires@gmail.com)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Jataí

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Jataí

### **Resumo**

A formação docente foi tema de grandes debates na última década, a qualidade do sistema educacional brasileiro vem sendo questionada, e um dos pontos chaves para se elevar a educação a um nível satisfatório é a formação docente qualificada, outro ponto preocupante é a demanda de professores para educação básica, que segundo (INEP/MEC apud Ferreira, Pereira, Breves Filho, 2009) há uma falta de 250 mil professores sendo que, grande parte desses remete a falta de professores na área de ciências da natureza. Em 2008 foram criados os Institutos Federais por meio da Lei 11.892/2008 que passaram a contribuir significativamente para a redução desta falta de professores. Os IF contribuem também com a formação de docentes para a educação profissional, modalidade de ensino que vem ganhando cada vez mais espaço no cenário educacional brasileiro. Dessa forma a pesquisa em andamento aqui apresentada, propõem analisar as licenciaturas em educação profissional, analisando a criação destes cursos, observando se houve um aumento significativo no número de ofertas de licenciatura para essa modalidade de ensino e analisando a matriz curricular de um desses cursos.

**Palavras-chave:** *Formação de Professores, Educação Profissional, Institutos Federais.*

**Área Temática:** *Formação e prática docente.*

### **Introdução**

O Cenário Educacional brasileiro, nesta primeira década do século XXI, passa por grandes mudanças, a educação no Brasil vem sendo taxada como de má qualidade e isso a faz alvo de estudos que buscam incessantemente contribuir para torná-la satisfatória, nesse contexto se debate muito sobre formação de professores, já que segundo Pereira (s/d) há uma grande necessidade de formar professores preparados para contribuir com a construção do conhecimento de acordo com as exigências que se encontra o atual estágio da humanidade, a formação docente é vista como um dos pontos de partida para se elevar o nível da educação no país, levando em conta a importância dessa formação para uma

---

<sup>1</sup> Projeto vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Ensino de Ciências e Matemática (NEPECIM)

educação de qualidade Neste trabalho nos propomos a debater sobre a licenciatura em educação profissional, uma modalidade de licenciatura existente segundo Machado (s/d) desde “1917 com a criação da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás no antigo Distrito Federal” (p. 3), e que vem ganhando espaço no decorrer dos anos devido à visão de que, essa modalidade de educação, tem muito a contribuir para o desenvolvimento nacional.

[...] ampliou-se o entendimento de que essa modalidade educacional contempla processos educativos e investigativos de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas de fundamental importância para o desenvolvimento nacional e o atendimento de demandas sociais e regionais, o que requer o provimento de quadros de formadores com padrões de qualificação adequados à atual complexidade do mundo do trabalho (MACHADO, s/d, p. 9).

Com a ampliação da oferta de cursos técnicos a demanda de docentes graduados para a educação profissional cresceu, porém o que vemos é uma grande deficiência em questão de políticas públicas voltadas para essa modalidade, “embora nos últimos anos tenham se ampliado as vozes na defesa da capacitação, não se evidenciaram políticas públicas incisivas no sentido de qualificação docente” (PEREIRA, 2004, p. 4). Não podemos deixar de ressaltar que ocorreram muitas mudanças desde 1917, segundo Machado (s/d) as exigências quanto ao perfil de docentes da educação profissional estão mais elevadas, já se superou o padrão do artesanato, no qual o mestre da oficina-escola servia de referência, o aluno devia praticamente adotá-lo como padrão profissional a ser alcançado, também se superou a visão de escola-oficina onde o aluno reproduzia metodicamente o que lhe era apresentado, o ensino era transmitido por meio de instrutores recrutados em empresas seguindo a idéia de que para ensinar basta saber fazer.

No sentido de ampliar o leque de opções para a oferta de cursos de licenciatura destinados a educação profissional, em 2008, quando o MEC criou, pela Lei n. 11.892/2008 os Institutos Federais, previu-se que no desenvolvimento da sua ação acadêmica, os Institutos Federais, em cada exercício, deveriam garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas “para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º” (BRASIL, Lei 11.892/2008, Art. 8º). Esta Lei prevê também, em seu art. 7, incisos I e VI:

I) ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; [...] VI)[...] b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional (BRASIL, Lei 11.892/2008).

Nesse sentido a pesquisa em andamento aqui apresentada, propõe debater a criação de cursos de licenciatura em educação profissional nos IF, o que ainda é visto como um desafio já que segundo o MEC (s/d) os cursos ofertados nos institutos federais sempre tiveram origens nas ciências da natureza.

### **Justificativa**

A formação de professores no Brasil ganhou nos últimos 10 anos novos contornos. A partir de 1997, com a implementação da LDB 9.394/1996 verifica-se na educação brasileira a preocupação com o acesso das populações mais carentes em uma política de “educação para todos”. Em 2001, com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), várias medidas passaram a ser delineadas, buscando o cumprimento das Metas ali definidas. O PNE foi dividido em: Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Superior; Educação Tecnológica e Formação Profissional; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educação à Distância e Tecnologias Educacionais; Educação Indígena; Financiamento e Gestão; Formação dos Professores e Valorização do Magistério. Para cada um dos “capítulos” descritos acima definiram-se várias metas.

Neste momento vale a pena destacar algumas destas metas salientando de que forma elas influenciaram nas políticas educacionais brasileiras. No que se refere à educação tecnológica e formação profissional as metas ganharam significado mais de 5 anos depois, já no Governo Lula. Dentre as 15 metas definidas para a educação tecnológica e formação profissional, merecem destaque neste momento aquelas que diretamente se referem à expansão da rede de educação tecnológica e à formação de professores. As metas 7 e 8 tratam da formação de professores. “Modificar, dentro de um ano, as normas atuais que regulamentam a *formação de pessoal docente para essa modalidade de ensino*, de forma a aproveitar e valorizar a experiência profissional dos formadores (BRASIL, PNE, Meta 7, grifo nosso). A meta 8 também se refere a formação de professores: “Estabelecer, com a colaboração entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho, as universidades, os Cefet, as escolas técnicas de nível superior, os serviços nacionais de aprendizagem e a iniciativa privada, *programas de formação de formadores para a educação tecnológica e formação profissional* (BRASIL, PNE, Meta 8, grifo nosso). Verifica-se que a formação de professores para a educação profissional prevista a partir de 2001, só recebeu proposta de regulamentação sete anos depois, em 2008, com a Proposta de Formação de Professores para a Educação Profissional apresentada por Machado (s/d). No entanto, mesmo não havendo ainda a regulamentação, vários cursos com habilitação profissional específica foram criados, é o caso dos cursos de Licenciatura em Mecânica;

Licenciatura em Construção Civil e Licenciatura em Informática, propostos pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Nesse sentido a educação profissional vem ganhando destaque entre a literatura brasileira, a preocupação com essa modalidade vem aumentando progressivamente conforme aumenta a atenção para o desenvolvimento sócio econômico do país, tendo em vista que a educação profissional colabora para o desenvolvimento regional e nacional, é que propomos estudá-la, e analisar como os institutos federais estão contribuindo para esse avanço.

## Resultados

Conforme a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 os Institutos Federais têm que designar vinte por cento de suas vagas para a formação de professores, isso significa um aumento considerável de oferta de cursos de licenciatura em nosso país, já que segundo um boletim lançado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, até o final deste ano de 2010, os IF terão em funcionamento 380 unidades, um aumento considerável se comparado com anos anteriores.

De 2005 até agora, o número de escolas federais de educação profissional criadas - 141 - foi praticamente o mesmo que o de 1909 a 2002 - 140. A marca foi alcançada nesta segunda-feira, dia 1º, com a inauguração simultânea de 78 unidades em todo o país, feita pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília (SETEC, 2010).

Esse aumento no número de unidades de Institutos Federais deve elevar consideravelmente o número de oferta de cursos de licenciaturas voltados para a educação profissional, comparando dados coletados em 2009 com os de 2010 já conseguimos observar uma mudança na oferta de licenciaturas em educação profissional, se observarmos o gráfico 1, podemos notar que algumas licenciaturas deixaram de existir em 2010 enquanto outras foram criadas, porém o número de licenciaturas existentes supera os de 2009.

Enquanto em 2009 foram catalogadas quatro licenciaturas em educação profissional, em 2010 foram encontradas doze, considerando que o intervalo de tempo entre uma coleta e a outra foi de um ano, podemos dizer que as mudanças estão acontecendo, ressaltando que a Lei 11.892 entrou em vigor em 29 de dezembro de 2008, e que, portanto tem apenas um ano e cinco meses que está vigorando, levando em conta que implementar propostas para formação docente é um trabalho desafiador para os Institutos Federais, os cursos estão “aparecendo” de forma esperada, progressivamente.

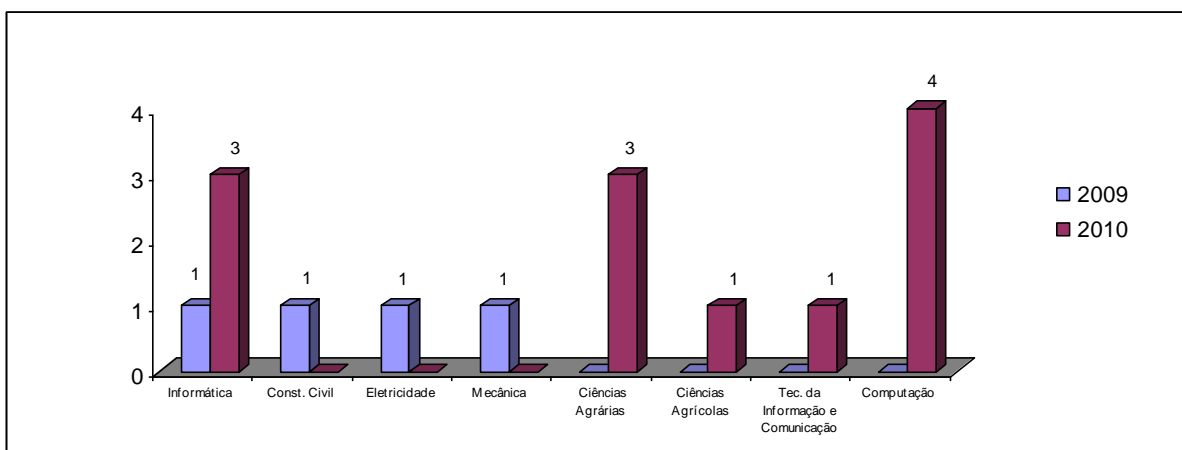


Gráfico 1 – Cursos de Licenciaturas em educação profissional ofertados nos Institutos Federais, em 2009 e 2010.

Ainda se questiona muito a oferta de cursos de licenciaturas nos Institutos Federais, a questão da tradição tecnológica e da oferta de cursos na área de ciências da natureza, faz com que o desafio de oferecer licenciatura seja ainda maior, já que se visa alcançar um ensino de qualidade.

Torna-se um grande desafio especialmente para os Institutos Federais cuja tradição é formar o profissional técnico, tecnólogo e atualmente o engenheiro conceber e implementar uma proposta de formação de professores que contemplem conteúdos resultantes das indagações aos saberes necessários à ação docente [...] (LEAL, 2009, p. 2).

O que podemos perceber é que os IF estão “encarando” o desafio e aumentando cada vez mais a oferta de cursos de licenciaturas, de um ano para outro a oferta de cursos de licenciatura em educação profissional triplicou, passou de quatro para doze, é um aumento significativo, porém considerando a expansão da oferta de cursos técnicos, para atender a demanda a oferta dessa modalidade de licenciatura terá que aumentar muito mais nos próximos anos, já que segundo MEC (s/d) a grande maioria do sistema público de ensino não tem quadro de docentes com formação adequada para atuar no ensino médio integrado.

Outro fator que se pode destacar é a grande concentração de cursos de licenciatura em educação profissional na região nordeste, conforme se pode verificar no gráfico 2 aproximadamente 58,3% do total se encontra nessa região, os outros 41,7% se encontram divididos entre as regiões Norte, Sul e Sudeste. A região Centro-Oeste não apresenta nenhum curso de licenciatura em educação profissional.

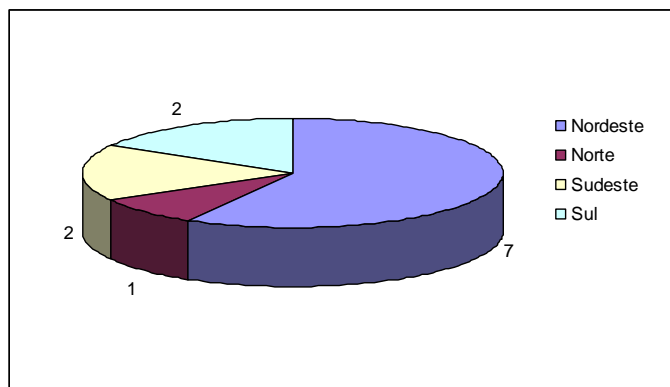


Gráfico 2 – Oferta de licenciaturas em educação profissional por região no ano 2010.

Ao analisar o gráfico 2, a primeira impressão que se tem é a de que apesar de ter aumentado o número de cursos de licenciatura em educação profissional, os mesmos ficaram concentrados em apenas uma região, porém se formos contrastar esse gráfico com os cursos ofertados em 2009 percebe-se um avanço, pois além de passarem de 4 para 12 o número de cursos, em 2009 os cursos se concentravam apenas na Região Nordeste, o que nos mostra que em de um ano essa modalidade de licenciatura se espalhou por mais três regiões, isso explica o fato de, no Nordeste, concentrar o maior número de cursos, já que no ano de 2009 apenas os IF dessa região ofertavam cursos de licenciatura em educação profissional.

Implementar propostas de formação de professores para atuar na educação profissional é um trabalho árduo, implica em desmistificar que para ser professor de curso técnico basta saber fazer, é muito comum nesses cursos encontrar professores sem nenhuma formação pedagógica, por isso é importante valorizar este nível de formação.

Superar o histórico de fragmentação, imprevisto e insuficiência de formação pedagógica que caracteriza a prática de muitos docentes da educação profissional de hoje implica em reconhecer que a docência é muito mais que a mera transmissão de conhecimentos empíricos ou processos de ensino de conteúdos fragmentados e esvaziados teoricamente. [...] é preciso um outro perfil de docente capaz de desenvolver pedagogias do trabalho independente e criativo, construir a autonomia progressiva dos alunos e participar de projetos interdisciplinares (MACHADO, s/d , p . 11).

A proposta da pesquisa aqui apresentada é de analisar as matrizes curriculares dos doze cursos de licenciatura em educação profissional listados nos Institutos Federais, porém conseguiu-se, até abril de 2010, apenas uma matriz curricular dentre os doze cursos catalogados, então analisaremos somente essa matriz, a fim de conhecer como se estrutura um curso de licenciatura em educação profissional.

Os cursos encontrados até abril de 2010 foram: Informática; Ciências Agrárias; Ciências Agrícolas; Tecnologia da Informação e Comunicação; Computação. O curso aqui analisado é o de Licenciatura em Ciências Agrícolas, que é ofertado pelo Instituto Federal Catarinense no Campus de Araquari.

De acordo com Machado (s/d) os cursos de licenciaturas para concluintes do ensino médio devem ter uma carga horária mínima de 3200 horas sendo dessas 800 reservadas para a formação didático-pedagógica. O curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas reserva para essa formação 750 horas, portanto está aquém das horas apresentadas na proposta da autora citada acima.

Mesmo sendo um curso específico para a educação profissional, há visivelmente a preocupação com as disciplinas da área pedagógica, mesmo que não sejam destinadas as 800 horas é perceptível essa preocupação. As disciplinas de formação didático-pedagógica estão distribuídas por todos os semestres, e envolvem tanto o aspecto prático quanto o teórico necessários na sala de aula.

O curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas tem uma carga horária total de 2580 horas, sendo que 750 horas são de disciplinas de caráter pedagógico, as quais são: Psicologia do Desenvolvimento e de Grupos, Língua Portuguesa para Licenciaturas, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Informática na educação, Realidade Educacional Brasileira, Fundamentos Teórico Metodológicos da Atuação Docente, Psicologia da Aprendizagem, Políticas Educacionais Estruturas e Sistemas I, Prática Pedagógica e sua Organização, Libras, Políticas Educacionais Estruturas e Sistemas II, Educação Ambiental.

Para o MEC (2010), formar professores para a educação profissional é contribuir para o crescimento econômico do país, assim a formação do profissional destinada à educação profissional deve integrar conteúdos específicos da área de atuação e conteúdos pedagógicos que possibilitem uma maior interação entre o ensino e a aprendizagem.

Segundo Pereira (s/d) a formação de professores para a educação profissional dever estabelecer um cruzamento entre os conteúdos específicos de uma determinada área de formação com conteúdos destinados ao domínio do que é específico a produção do conhecimento. Portanto as propostas de se implantar a licenciatura em educação profissional têm a ver com superar a realidade educacional brasileira, a qual tem um numero muito grande de profissionais da educação sem nenhuma formação pedagógica.

## Conclusões

A oferta de cursos de licenciatura em educação profissional ainda é um tema muito polêmico, muitos questionam a existência desses cursos, se os mesmos conseguem atingir o objetivo de formar um educador preparado para lidar com as constantes mudanças do mundo.

O fato é que o Brasil sempre teve que lidar com as chamadas políticas emergenciais, que ao fim acabam deixando de ser provisórias (de emergência) para se tornarem efetivas, a educação brasileira é marcada pelo exercício do magistério, no qual é muito comum encontrar profissionais sem formação pedagógica. Isso faz com que a licenciatura seja desvalorizada, portanto para elevar a educação brasileira a um nível satisfatório é preciso além de se criar políticas públicas efetivas para a formação de professores, valorizar a graduação, a formação continuada e a pesquisa.

Expandir a oferta de cursos de licenciatura não significa melhorar a qualidade de ensino do país, portanto a pesquisa aqui descrita faz uma análise quantitativa sobre os cursos de educação profissional existentes nos Institutos Federais, mostrando o quanto se expandiram em um ano, para falar em qualidade seria necessária uma análise mais profunda do que apenas a da matriz curricular, esta é uma etapa próxima prevista nesta pesquisa.

A expansão da rede de educação profissional está acontecendo, dentro de um ano oito novos cursos foram criados, o número ainda não é satisfatório tendo em vista o crescente aumento de oferta de cursos técnicos no país, porém a iniciativa foi tomada.

Ao analisarmos a matriz curricular de um curso de educação profissional percebemos que o mesmo tem preocupação com a formação pedagógica, porém o curso analisado apresenta discrepâncias com a proposta de Machado (s/d), visto que na Proposta, um curso de licenciatura para concluintes do ensino médio deveria ter carga horária mínima de 3200 horas o curso analisado tem apenas 2580, a carga horária mínima para disciplinas de formação didático-pedagógica seria de 800 horas e o curso analisado possui 750 horas, vale a pena ressaltar que este é um curso novo, pois na catalogação de dados feita em 2009 o mesmo não aparecia.

As disciplinas pedagógicas nos cursos de educação são de extrema importância e, segundo Machado (s/d), é necessário que conste na matriz curricular relações entre trabalho e educação, debates sobre a construção de saberes no trabalho, disciplinas que mostrem o valor do ser humano e de seus saberes enfim é uma série de outras disciplinas que levem a formar um educador pronto para orientar seus educandos de forma a reduzir a alienação ao



consumo e ao trabalho, e torná-los cidadãos conscientes, prontos para contribuir para o progresso econômico do país.

A análise realizada não possibilita saber com que qualidade está se formando os profissionais da educação profissional, mas nos possibilita verificar com que intensidade esses cursos estão se expandindo e como está se estruturando a formação didático-pedagógica nas matrizes curriculares.

A pesquisa aqui apresentada ainda se encontra em andamento, portanto os resultados aqui apresentados são parciais.

## Referências bibliográficas

BRASIL, Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL, MEC. Contribuições para o processo de construção dos cursos de licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. s/d. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocumen>. Acesso em: 11/05/2010.

BRASIL, Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001.

FERREIRA, Carlos Daniel de Oliveira; PEREIRA, Claudyane Bizerra; BREVES FILHO, José Souza. Qual é o perfil do professor dos cursos de licenciatura do IFCE? Belém, 2009. Disponível em: <http://www.intv.ifce.edu.br/evento.php?id=340&cf=1> Acesso em : 18/05/2010.

LEAL, Maria Lindalva Gomes. Avaliação do Projeto curricular dos Cursos de Licenciatura ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. IV congresso de pesquisa e inovação da rede Norte e Nordeste de educação tecnológica. Belém, 2009. Disponível em: <http://connepi2009.ifpa.edu.br/connepi-anais/iniciar.htm#> Acesso em: 18/05/2010

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para educação profissional. (documento técnico encaminhado à SETEC/MEC). Brasília MEC/SETEC. s/d Disponível em: [http://www.diaadia.pr.gov.br/det/arquivos/File/SEMANAPEDAGOGICA/17\\_Diferenciais-Inovadores-na-Formacao-de-Professores-para-EP-Lucilia\\_Machado.pdf](http://www.diaadia.pr.gov.br/det/arquivos/File/SEMANAPEDAGOGICA/17_Diferenciais-Inovadores-na-Formacao-de-Professores-para-EP-Lucilia_Machado.pdf) Acesso em: 18/05/2010.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. A formação de professores e a capacitação de trabalhadores da educação profissional e tecnológica. s/d. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lic\\_ept.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lic_ept.pdf) Acesso em 11/05/2010.

\_\_\_\_\_, A formação de professores para a educação profissional. Brasília: Fórum de educação profissional, 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Texto\\_apresenta01.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Texto_apresenta01.pdf) Acesso em: 18/05/2010.